Supremo Tribunal de Justiça
Processo nº 040721

Relator: FERREIRA DIAS

Sessão: 18 Abril 1990

Número: SJ199004180407213

Votação: UNANIMIDADE

Meio Processual: REC PENAL.

Decisão: NEGADO PROVIMENTO.

RESPONSABILIDADE CIVIL

DANOS MORAIS

INDEMNIZAÇÃO AO LESADO

Sumário

I - De acordo com o artigo 128 do Código Penal, a indemnização de perdas e danos emergentes de um crime é regulada pela lei civil.

II - Para que nasça a responsabilidade civil subjectiva prevista no artigo 483 do Código Civil é necessário que se verifiquem os seguintes requisitos: a) A existência de um facto ilícito; b) O dolo ou a culpa do agente; c) A existência de um prejuízo; d) Um nexo de causalidade entre a conduta dolosa ou culposa do agente e o prejuízo.

III - Verificados os pressupostos exigidos pela lei civil, isso acarreta irremediavelmente o arguido, autor de um crime de homicídio, ao pagamento de uma indemnização pelos danos causados.

IV - De acordo com os artigos 496, 562, 563 e 564 do Código Civil, todos os prejuízos que se confirmem devem ser indemnizados, quer se trate de danos patrimoniais (danos emergentes e lucros cessantes) quer se trate de danos não patrimoniais.

V - Os danos não patrimoniais consubstanciam-se no desgosto de cada um dos Autores pela morte do seu familiar e nos danos sofridos pela vítima, com as dores que sofreu e com a supressão do seu direito a vida.